

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: avanços e desafios

Adriana Alice Gomes de Barros¹

RESUMO

Este artigo apresenta um debate histórico sobre a política de assistência social no contexto da sociedade capitalista brasileira até sua configuração formal como direito a partir da Constituição Federal de 1988. Discute o sistema de seguridade social, destacando que apesar dos avanços, observa-se resquícios de práticas antigas, marcadas por uma intervenção autoritária, conservadora e excludente do Estado. O texto ressalta que ocorre um processo de não implementação das políticas sociais como direitos tal como estabelecidos legalmente, sob a influência e o aprofundamento do cenário neoliberal. Os dados denotam as fragilidades enfrentadas por esta política, como também, que estas não podem impedir sua orientação no campo de direitos. O disposto nos marcos legais, contribuem, dentre outros para a construção de espaços públicos, permanecendo como desafios a compreensão e o fortalecimento das ações por todos os envolvidos e a ocupação desses espaços pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Direitos; Estado.

ABSTRACT

This article presents a historical debate on the social assistance policy in the context of Brazilian capitalist society until its formal configuration as a right from the Federal Constitution of 1988. It discusses the social security system, highlighting that despite the advances, there are remnants of old practices, marked by an authoritarian, conservative and excluding State intervention. The text points out that there is a process of non-implementation of social policies as rights as legally established, under the influence and deepening of the neoliberal scenario. The data denote the weaknesses faced by this policy, as well as that these cannot prevent its orientation in the field of rights. The provisions of the legal framework contribute, among others, to the construction of public spaces, remaining as challenges the understanding and strengthening of actions by all those involved and the occupation of these spaces by the working class.

Keywords: Social Assistance Policy; Rights; State.

¹Docente do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG - Carangola. Doutora e mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. Graduada em Serviço Social. E-mail: adriana.barros@uemg.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil assume, formalmente a configuração de política social pública de direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, integrando o sistema de seguridade social brasileira, formado pelas políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Discutir a política social nessa perspectiva de proteção requer o esforço de realizar um debate histórico sobre o seu surgimento no Brasil, considerando o seu aspecto contraditório, situado no contexto das relações sociais na dinâmica capitalista. Esse debate está pautado no método de Marx, visando a construção de uma análise crítica sobre a conformação dessa política e os rebatimentos do cenário neoliberal e de seu aprofundamento que incidem sobre ela.

As políticas sociais brasileiras tem se caracterizado pelas marcas de uma cultura autoritária, conservadora, excludente, e pela introdução de uma face assistencial sendo utilizada como instrumentos privilegiados do Estado, como uma ação compensatória em intervir com os problemas da população empobrecida e desigualdades sociais, estando historicamente afastadas do campo dos direitos sociais. Isto caracteriza formas populistas de relação e benevolência, acentuando uma hierarquização nas relações sociais.

Este quadro, foi modificado, ao menos no plano legal a partir da década de 1980 quando as políticas sociais passaram a integrar a Constituição Federal de 1988 como direito social. No entanto, no âmbito da prática, não foram efetivadas, de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta Constituição. Em contrapartida houve um processo de não implementação dessas políticas como direitos que se deu em função das políticas neoliberais e seu aprofundamento no país.

Como procedimento metodológico realizou-se uma pesquisa bibliográfica relacionada a essa temática, o que pode ser localizado no desenvolvimento desse texto nos itens 2 e 3, quanto ao breve debate sobre a trajetória histórica que proporcionou a conformação da Política de Assistência Social brasileira, sua

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

configuração a partir da Constituição Federal de 1988, os seus retrocessos e desafios diante do contexto neoliberal, sobretudo ressaltando que os textos legais abrem caminhos para seu aprofundamento como direito de cidadania.

2 BREVE DEBATE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Historicamente, no Brasil podemos observar as primeiras experiências de proteção social com práticas caritativas, cristãs e filantrópicas, como assistência a população empobrecida, sendo influenciadas pelos modelos implementados nos países industrializados, sem intervenção estatal.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), o surgimento da política social se deu de forma gradativa e diferenciada entre os países, de acordo com os movimentos de pressão e organização da classe trabalhadora, do desenvolvimento da força produtiva e das correlações de força do Estado.

Nesse sentido, a Política Social emerge no contexto industrial de acumulação do capital para atenuar os impactos oriundos da questão social, como forma de ação para atender às necessidades básicas de sobrevivência da população. A questão social é entendida:

Como um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos engendrados pela sociedade capitalista historicamente resultante da constituição do operariado. Vincula-se, pois, visceralmente à relação capital-trabalho. Aparece no Brasil como questão concreta e reconhecida legitimamente na década de 30. (SPOSATI, 2007, p. 27).

A questão social expressa a principal contradição do modo de produção capitalista. “[...] O trabalhador assalariado sai do processo de produção como ingressou, como mera força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza como riqueza para outros [...]” (IAMAMOTO, 1982, p. 47). Forma-se um antagonismo de classe sociais, em que os capitalistas, acumulam capital a partir da exploração do trabalhador assalariado.

As mudanças ocorridas na sociedade da época, tais como a modernização

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da produção, a urbanização, o desenvolvimento de novas tecnologias e a necessidade de mão de obra assalariada e qualificada, afetaram as relações de trabalho, gerando impactos negativos nas condições de vida da população e o agravamento das desigualdades sociais. O Estado passa a intervir, embora fragilmente nessas questões, contribuindo assim para a manutenção do sistema capitalista.

Assim, a política social surge como resposta do Estado para regular e exercer o controle dessas contradições conflitivas no âmbito das relações sociais geradas pela relação entre capital e trabalho, sendo influenciada por fatores de ordem econômica e política.

Conforme o debate de Behring e Boschetti (2011) a Política Social surge a partir de manifestações sociais no século XIX, e a resposta dada a questão social era sobretudo de caráter repressivo, respondendo algumas demandas da classe trabalhadora, através de legislações que preconizavam poucas melhorias nas suas condições de vida, sem atingir de fato o bojo da questão social.

Desta forma, estas autoras discutem a importância de entender o processo de implantação do capitalismo no Brasil para melhor compreensão da conformação das políticas sociais. Cabe destacar dentre esta discussão, o processo de subordinação e dependência do país durante o período colonial em relação aos países de capitalismo central, como também o avanço do liberalismo, de viés conservador, resistindo ao movimento de rompimento, pós Independência em 1822, e insistindo na dependência, preservando uma ordem social sem condições materiais e morais para engendrar uma verdadeira autonomia do país. O liberalismo, seria o primeiro passo para a reprodução do capital no Brasil, refletindo a forma como a política social foi construída e desenvolvida no país.

A política social só passou a se configurar a partir do século XX, com o surgimento e manutenção, marcados por pressão popular, por meio dos movimentos sociais, e criação de sindicatos, período este, no qual predominou falta de estabilidade quanto aos direitos sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A partir deste contexto, brevemente discutimos as principais características do surgimento das ações de proteção por parte do Estado no período de 1930 até 1964; de 1964 até 1985 e a partir da Constituição Federal de 1988.

No primeiro período, cabe pontuar o crescimento do processo de revolução industrial nos anos de 1930, no qual segundo Lamamato (2010), o Estado teve um papel decisório no percurso da modernização pelo alto, em que as classes dominantes se antevinham às pressões populares, visando a realização de mudanças para a manutenção da ordem. Nesse sentido, no contexto do governo Vargas, houve um período de desenvolvimento econômico, com conseqüente crescimento da população e da urbanização. De acordo com Couto (2004) começaram a ser geradas as condições para uma mudança substantiva no sistema econômico brasileiro que vai ser deslocado do eixo agro-exportador para o urbano-industrial.

O crescimento da população nas áreas urbanas, trouxe como conseqüências problemas relativos ao crescimento demográfico, como também a ampliação das desigualdades sociais e conflitos nas relações de trabalho, gerando um acirramento na questão social.

Além disso, esse período foi marcado por uma intervenção estatal no começo do desenvolvimentismo, no qual a estruturação das políticas sociais ocorreu com o viés da cultura patrimonialista e coronelista, incorporando aspectos corporativistas e de aceitação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, entre 1930 até 1964, as iniciativas do governo se deram nesse viés, no âmbito da educação, saúde, assistência social e previdência, cabendo ressaltar em 1933 a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), vinculados às categorias profissionais, as quais deveriam ser reconhecidas por lei.

Tais iniciativas estavam direcionadas aos trabalhadores urbanos, que possuíam carteira assinada e que tinham sua profissão regulamentada pelo Estado. Segundo Sposati (1989) era considerado trabalhador nos moldes da absorção de mão de obra no Brasil apenas aquele que possuía um vínculo formal de trabalho,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tendo a sua carteira de trabalho assinada. De acordo com esta autora:

[...] Compreende-se como trabalhador embora e talvez, por isso mesmo, o formato da absorção de mão de obra brasileira com seu grande contingente excedente só aquele que tem um vínculo formal: a carteira assinada. Os serviços sociais públicos nesse contexto, mesclam-se com os serviços previdenciários que operam sobre o padrão da segurança social, isto é, estendem-se só aqueles que possuem uma relação contratual de pré-pagamento pelos serviços auferidos. Os segmentos mais pobres sobre tal compreensão não são de trabalhadores, já que subempregados ou sem vínculo formal, não são incluídos naqueles serviços sociais. Para esses últimos, são destinados os programas assistenciais à título compensatório ou de benesse, por parte do Estado ou da sociedade civil. (SPOSATI, 1989, p. 17).

Além dos IAPs, destaca-se a Constituição Federal de 1934, o Conselho Nacional de Serviço Social, e nos anos 1940 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, além da expansão da legislação trabalhista com a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Cabe brevemente pontuar que com a criação da LBA houve uma ampliação da ação do Estado no âmbito da assistência, no entanto, sem o reconhecimento, por parte do governo, da assistência social como política pública. De acordo com Mestriner (2001) ao criar a LBA, Vargas instituiu no país a relação do social ao primeiro damismo, na figura de Darci Vargas, ou seja, a assistência era atribuída, enquanto papel da primeira dama do país, e como benevolência e caridade por parte da sociedade civil, não sendo entendida como política social e dever do Estado, existindo resquícios dessa relação até a atualidade.

O Estado realizava práticas de concessões de benefícios sociais, visando a manutenção da ordem social, ao passo que, concedia benefícios aos trabalhadores, limitava a ação política destes.

Na década de 1950, mais especificamente entre 1956 e 1961, o padrão de acumulação foi caracterizado pelo processo de industrialização pesada, no qual o governo Kubitschek intensificou o desenvolvimento do processo de acumulação, com o seu programa de avançar “cinquenta anos em cinco”. No entanto, no que se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



refere a assistência social, conforme Mestriner (2011) apesar de estender os incentivos à filantropia às instituições registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, não teve uma maior preocupação com essa questão, uma vez que defendia que atingindo o desenvolvimento, se atingiria a melhoria das condições de vida das populações mais pobres. Nesse período, cabe destacar em 1960 a criação da Lei Orgânica da Previdência Social.

No que pese tais mudanças que foram ocorrendo no campo da proteção social pública neste período, e conforme já discutido anteriormente nesse texto o viés de política social se mantém sob a lógica da cidadania regulada, constituindo-se como cidadãos somente aqueles que estão vinculados nas ocupações reconhecidas e regulamentadas em lei.

No segundo período, que se inicia no cume da ditadura militar, no pós-1964, houve um investimento na ampliação da economia, por meio das empresas estatais ou de associações com capital privado e estrangeiro, reiterando a dependência do Brasil aos países industrializados. Nesse sentido, se consubstanciava um novo modelo, ampliando a expansão capitalista, com novas formas de controle, a partir de práticas de repressão a classe trabalhadora, que eram tolhidas nas suas reivindicações, como também, sendo desenvolvidas políticas sociais de caráter compensatório, com baixa qualidade, sem considerar a participação e demandas da classe trabalhadora.

No presente debate, importa ressaltar as alterações que se processaram neste contexto no que tange as políticas sociais, registrando a criação do Instituto Nacional de Previdência Social, em 1966 a partir da unificação do sistema de assistência médica e previdência, sendo posteriormente o acesso à cobertura previdenciária estendida aos trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e aos autônomos.

Além disso, foram criadas novas instituições responsáveis pela oferta de bens e serviços, principalmente na previdência, educação, saúde e habitação, como o caso de casas populares, combate as doenças transmissíveis,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

complementação alimentar, dentre outros. Podemos observar que tais políticas e serviços são estendidos e desenvolvidos para a manutenção do controle social, e amenizar as condições de pobreza e agravamento das desigualdades sociais vivenciadas pela população nesse contexto.

Os primeiros sinais de esgotamento do padrão de desenvolvimento, no qual se alicerçou o regime militar ocorreu no fim dos anos de 1970, influenciado com repercursões da crise financeira internacional, com a presença de um baixo crescimento econômico, inflação e a estagnação no mercado. Segundo Mota (1995), o Brasil, nos anos 1970, passou por um período de expansão e crescimento da economia, gerando mudanças significativas na estrutura produtiva, na formação do mercado de trabalho e na infra-estrutura urbana. Construiu um significativo parque industrial, integrado à economia internacional, mas, como ônus, obteve o aumento da concentração de renda, a pauperização da maioria da população e a precarização das condições de vida e de trabalho. Como vimos, isto traz rebatimentos para a qualidade de vida da população, e consequentemente o fortalecimento dos movimentos sociais.

Desta forma, este quadro, em que o país apresentou um desenvolvimento capitalista excludente, e concentrador, com a presença de políticas sociais que se expressam pelo caráter assistencialista e conservador, foi modificado no plano jurídico legal, somente a partir da década de 1980, com o fortalecimento e mobilização dos movimentos sociais para a ampliação dos direitos sociais e políticos e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conforme será discutido na próxima seção.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A partir da Constituição Federal de 1988 a assistência social no Brasil assume o status de política pública de direitos, passando a integrar o Sistema de Seguridade Social, atribuindo ao Estado o dever de garanti-la, distanciando-se da concepção de não-direito, na qual esteve historicamente imbricada em direção a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



um novo desenho de proteção pautado na seguridade social. De acordo com Boschetti (2003), historicamente sem respaldo legal e normas que a regulamentasse, a assistência social foi utilizada como moeda clientelista e apropriada com facilidade pela filantropia voluntarista, tendo se constituído como “parente pobre” das demais políticas sociais.

Com os dispositivos legais, se introduz uma nova concepção de assistência social como direito, conforme estabelecido no artigo 194 da Constituição Federal “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). A Saúde é estabelecida como direito universal de todos os cidadãos, a previdência social possui caráter contributivo, organizado sob a lógica do seguro social e a assistência social, conforme estabelecido no artigo 203 da Constituição de 1988 apresenta caráter para todos que dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, sendo direito do cidadão e responsabilidade do Estado.

No entanto, tais avanços no campo dos direitos sociais ocorreram no contexto de retrações, introduzidas pela hegemonia do cenário neoliberal, que emerge no Brasil na década de 1990, desmantelando o conjunto das conquistas sociais. Segundo Soares (2003), são definidas como integrantes de um movimento de ajuste global, que se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva, visando obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Inicia-se um processo de desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. Os principais impactos do neoliberalismo consistem em: o desmonte dos sistemas de proteção; precarização e flexibilização do trabalho; desresponsabilização do Estado; substituição das políticas sociais por “programas de combate à pobreza”; dependência de recursos externos; substituição dos agentes públicos estatais pelo terceiro setor e da universalidade pela focalização.

Os neoliberais pregam que o Estado não deve intervir no lado econômico,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao mesmo tempo que defendem a estabilidade monetária assegurada apenas a partir da redução dos investimentos sociais. Desta forma, de acordo com BEHRING e BOSCHETTI (2011), desenha-se um cenário no sentido contrário aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Apesar disso, ressaltamos a regulamentação no plano legal de dispositivos e normativas que reiteram a política de assistência social como direito de cidadania e dever do Estado, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742, 1993), mesmo que tendo sido aprovada somente em 1993, devido aos desmontes do direitos, no cenário neoliberal. Pois, reitera e complementa o disposto na Constituição de 1988, inaugurando um novo paradigma para a assistência social. No seu 1º artigo a LOAS traz a definição da assistência social:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

De acordo com Pereira (2007) a partir da LOAS a assistência social passou ao patamar de política pública que, de forma integradas as políticas sociais e econômicas tem o papel de efetivar os direitos que foram historicamente negados a grande parte da população. Como política pública necessita de conhecimento próprio, qualificação na gestão e competência no seu desenvolvimento, não podendo se restringir apenas a distribuição de benefícios e serviços assistenciais. Para esta autora:

[...] contrariando previsões pessimistas e preconceitos arraigados e remando contra a corrente neoliberal dominante, a assistência social vem, desde o início da década de 1990, constituindo-se, ironicamente, em importante espaço de construção de projetos sociais contra-hegemônicos [...] (PEREIRA, 2007, p. 65-66).

Um bom exemplo desse debate realizado pela autora com relação a constituição da assistência social em espaços relevantes de construção de projetos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



contra- hegemônicos são os conselhos de políticas públicas instituídos a partir da Constituição de 1988, como avanços de formas democráticas, na qual a sociedade civil pode participar na formulação, e controle destas políticas, dentre outras disposições nos textos legais que denotam a sua orientação para o aprofundamento dos direitos sociais.

Com fins de materialização dos princípios democratizantes contidos na Constituição de 1988 e LOAS de 1993, cabe destacar após um movimento de discussão nacional (IV Conferência Nacional de Assistência Social – 2003), precedido das conferencias Estaduais, e Municipais a aprovação de uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

No âmbito da consolidação desta política, a PNAS fundamenta a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas normas operacionais básicas, cabendo destacar a (NOB/SUAS de 2005 e NOB-RH de 2006).

Segundo, a PNAS (2004) esta política é materializada, através do SUAS e composta por uma rede articulada de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo por eixo constituinte a matricialidade sociofamiliar, configurando-se na perspectiva socio territorial, devendo ser desenvolvida de forma integrada às políticas setoriais, visando a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Além disso, deve garantir a segurança de sobrevivência; de acolhida; de convívio ou vivência familiar, e atuar em duas formas: proteção social básica e especial (de média e alta complexidade), de acordo com o contexto de prevenção ou de ocorrência dos riscos e da complexidade da ação em vista aos danos causados. Neste sentido, o SUAS é de extrema relevância para a gestão dessa política, da forma como se expressa no seu texto, como também para institucionalização das práticas de planejamento, monitoramento e avaliação para que as ações, programas, serviços e benefícios socio assistenciais, aumente seu alcance e efetividade a população usuária.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No entanto, como já discutido tais conquistas advindas a partir da Constituição de 1988 são conflitadas com a dinâmica do capitalismo sob a lógica do neoliberalismo. Mézaros (2002) discute que com o viés fortemente alicerçado no contexto social, o capital visa dominar a classe produtora da riqueza social, transformando o trabalho como forma de dominação e exploração, o caracterizando como mercadoria. Desta forma, produzindo novas formas de sociabilidade, provocando uma intensa desigualdade entre as classes sociais, visando o processo de acumulação capitalista. Neste sentido, a política de assistência social está inserida nestas contradições inerentes a dinâmica do capitalismo.

4 CONCLUSÃO

No presente texto, procuramos articular a discussão de políticas sociais com a dinâmica capitalista, tendo em vista entendê-las como integrantes do processo e resultado de relações complexas e contraditórias no âmbito dos conflitos e luta de classes. Ao realizarmos o debate, pudemos observar que as marcas do processo de colonização, a dependência e subordinação em relação aos países desenvolvidos caracterizaram, historicamente, a política de assistência social no Brasil, tendo em vista o complexo processo de efetivação desta política no campo dos direitos sociais. De acordo com SPOSATI:

A história do Estado social brasileiro revela o funcionamento da assistência social como área de transição de atenções, sem efetivá-las como plena responsabilidade estatal e campo de consolidação dos direitos sociais. Em face dessa história institucional que a registra como um campo que opera sob a negação de direitos, são múltiplos os desafios que se apresentam (SPOSATI, 2009, p.14).

Apesar dos avanços com a Constituição Federal de 1988, assim como as legislações e as diretrizes de políticas em vigor que sucederam-se a esta Constituição, abrindo caminhos para a assistência social aprofundar direitos, observamos que no campo da efetivação, ainda, se fazem presentes resquícios de tais marcas do seu passado histórico.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A redução dos investimentos públicos no âmbito social, e a crescente vinculação da política social à política econômica, alicerçada na perspectiva conservadora, sob a influência do cenário neoliberal impactam a sua implementação, tal qual foi estabelecida a partir do texto constitucional, com o consequente aumento das vulnerabilidades e desigualdades sociais no país. Isto fragiliza a política de assistência social, no entanto, como vimos no debate apresentado neste texto não impede sua orientação no campo democrático. No entanto, permanece como desafios que devem ser enfrentados a partir da sua compreensão por todos os atores envolvidos, visando a capilaridade de suas ações, estimulando a participação da classe trabalhadora nos espaços formalizados nos textos jurídicos legais a partir da Constituição de 1988, de forma a ampliar sua concepção, e lutar pelo o alargamento de direitos, visando o seu desenvolvimento e alcance na vida da população usuária.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Lei Nº 8.742, 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

MOTTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8.ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. et al. **A Assistência na Trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO

